

EM TORNO DA ÁFRICA: A DIÁSPORA DE ANDRÉ REBOUÇAS

REBOUÇAS, André. *Cartas da África: registro de correspondência, 1891-1893*, organização Hebe Mattos, 1ª ed., São Paulo: Chão Editora, 2022. 464 p.

Quase três anos após deixar o país ao lado da família imperial com destino à França, André Rebouças confessou ao amigo Visconde de Taunay: “também não sendo mais possível fazer idílios sobre o Brasil passo a idealizar a África” (p. 110). Ao principal destinatário de mensagens escritas no exílio voluntário ao qual foi lançado pelo desgosto com o golpe militar republicano, André Pinto Rebouças (1838-1898) relatava a intenção de procurar no continente africano a esperança de tempos melhores. Ainda em Marselha, no ano de 1892, sua solidão se aprofundava ao ver o Brasil cada vez mais distante das possibilidades de mudança abertas pela crise social e política que levara à abolição. Ao imaginar a África, Rebouças buscava a si mesmo, nomeando a

diáspora como experiência fundadora dos negros brasileiros. Esta é a narrativa que encontramos em *Cartas da África*, compilação da correspondência que Rebouças escreveu entre outubro de 1891 e julho de 1893. Em mais uma esmerada publicação da editora Chão, o livro, organizado pela historiadora Hebe Mattos, cobre o período em que o engenheiro planejou e realizou uma viagem marítima de circunavegação da África.

Baiano de Cachoeira, André Rebouças passou à história como engenheiro pioneiro e abolicionista obstinado, um raro intelectual negro no Brasil escravista que sonhou combinar modernidade e abolição sob o governo de Pedro II. Em *Cartas da África*, porém, encontramos essas e outras facetas de um

homem para quem a distância da terra natal parece ter permitido articular a identidade racial com mais clareza. Entre o Brasil “da soldadesca sanguinária e bárbara” (p. 191) que deixara e a África que se propôs a conhecer, Rebouças mostrou ver-se como abolicionista perseguido por toda a vida adulta, um homem “meio brasileiro e meio africano” cuja cor jamais lhe permitira alcançar o reconhecimento profissional que merecia (p. 293). Na Europa, viveu anos com poucos recursos e assolado por uma enorme melancolia que apenas crescia ao ler os pacotes de jornais que lhe enviavam os amigos brasileiros. Das cartas de Rebouças no exílio, um discurso diaspórico emerge como escrita da história pessoal, forjado pela memória da escravidão brasileira e pela experiência do racismo em três continentes. Nelas vislumbramos, como aponta Hebe Mattos, a construção inacabada de uma subjetividade que oferece muitas pistas sobre o contexto atlântico da formação do pensamento social e racial brasileiro.

A trajetória e registro cuidadoso que André Rebouças fez de sua correspondência o tornam personagem ideal para os historiadores: vindo de uma

família que fazia parte da história do Império, ele teve passagem registrada por instituições civis e militares no Rio de Janeiro, onde se formou engenheiro ao lado do irmão Antônio, escreveu para jornais no Brasil, Portugal e Inglaterra. Rebouças foi esmerado arquivista de sua própria história: usou cadernos para manter um diário entre 1863 e 1891 e registrar – além de, por vezes, transcrever – a correspondência enviada por ele do exílio na Europa e na África. Em outras palavras, sua atuação política e profissional gerou farta documentação, agora também complementada pelas reflexões que trocou com seus interlocutores no âmbito privado.

Na compilação aqui comentada, Hebe Mattos nos apresenta os cadernos de registro de correspondência IV e V, hoje guardados na Fundação Joaquim Nabuco, em Pernambuco, e disponíveis em microfilme na Universidade Federal de Juiz de Fora, onde a pesquisadora atualmente ensina. Transcritos inicialmente por Eduardo Cavalcanti a partir dos microfilmes e fotografias anotadas que compuseram a pesquisa de livre-docência de Mattos na Universidade Federal Fluminense, *Cartas da África* reúne materiais até

agora inéditos. O leitor encontrará algo diferente, por exemplo, do *Diário e notas autobiográficas* anotado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo em 1938, ou da autobiografia organizada por Veríssimo em 1939, ambos parte da *Coleção Documentos Brasileiros* dirigida pelo historiador Octavio Tarquínio de Sousa.¹ O livro da Chão traz ainda um posfácio assinado por Hebe Mattos (p. 315), um índice dos interlocutores de Rebouças, amplas notas também de Mattos, um mapa das andanças de Rebouças pelo continente africano, bibliografia e uma caprichada cronologia de sua vida. No conjunto, a edição coloca as cartas de Rebouças no seu devido contexto histórico, fornecendo ao leitor ferramentas para melhor interpretá-las. O volume é o primeiro de uma série que conta com quatro outros, que cobrirão o período de 1882 a 1898.

Apenas duas imagens de André Rebouças acompanham o texto de *Cartas da África*: a famosa foto de paletó e cartola, tirada em Paris em

torno de 1861, e um óleo sobre tela de 1897 pintado por Rodolfo Bernardelli com base na foto de André moço. Da foto de estúdio fica um pouco da autorrepresentação do jovem engenheiro que encara a câmera, ecoando a elegância de sua educação humanista e cosmopolita. O volume traz ainda fotos do pacote português *Malange*, que levou Rebouças a Lourenço Marques (hoje Maputo), e da agência bancária que ele frequentava em Barberton, na África do Sul. Aos que se interessam pelo fazer histórico, as imagens dos cadernos de André o tornam presente através de sua caligrafia, de anotações organizacionais com caneta azul, de carimbos de correios e das expressões de afeto a seus correspondentes. Na reprodução da folha de rosto de *Em torno d'África*, por exemplo, escrita à mão em 1892 em Queenstown, também na África do Sul, vemos Rebouças esboçar um novo livro no papel timbrado da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, sobrepondo assim suas experiências da diáspora (p. 347). Ao virar a página, lemos uma folha do idílio *Pro Africanis*, em que ele se declara “um africano, André Rebouças, foragido do Brasil

1 André Pinto Rebouças, *Diário e notas Autobiográficas, organização e anotações de Anna Flora Verissimo e Inácio José Verissimo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; Inácio José Verissimo, *André Rebouças através de sua autobiografia*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

depois de 50 anos de lutas...” (p. 348). Os materiais complementares, portanto, em muito ampliam a compreensão das cartas que compõem o recheio do livro.

O personagem histórico que emerge da correspondência publicada é fascinante e escapa a qualquer leitura fácil: firme abolicionista no Brasil e na África, Rebouças permanece fiel à família imperial brasileira por toda a vida e a ela associa os valores mais progressistas do Brasil na época, tal como o combate “contra os hediondos prejuízos de cor” (p. 269). Nas cartas trocadas com homens conhecidos – entre os quais o próprio imperador Pedro II e Joaquim Nabuco, dentre outros –, André exibe sua consciência racial ao lado das referências ocidentalizadas de sua formação acadêmica e da reverência pelo pai, o Conselheiro Antônio Pereira Rebouças.² Seu compromisso radical com o que hoje chamaríamos de democracia vem colado ao desprezo pela nova ordem republicana e pelo capitalismo predatório, e à esperança de que a África o recebesse como nova pátria. A ascensão social não embranqueceu Rebouças;

2 Keila Grinberg, *O fador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

questões políticas e raciais o levaram de volta ao continente africano.

Uma carta a José Américo dos Santos, reproduzida em fac-símile no fim do volume, explica o tom, o propósito e o estilo do autor. Escrita do hotel francês Terminus, em 25 de março de 1892, a carta revela como André tratava a partida para a África mais como uma necessidade. Aparecem sublinhados (tais detalhes não são visíveis nas transcrições padronizadas que recheiam o livro) o nome do pacote *Malange*, no qual está por embarcar, o adjetivo “tolstóicos”, com que qualificou seus esforços em juntar dinheiro para a viagem, e “a tal civilização”, da qual dizia estar cansadíssimo. A frase final revela a visão de África como “Fim” em letra maiúscula, o sonhado destino para o descanso de sua alma atribulada e expiação dos pecados do mundo: “Espero que Deus conceda-me o Fim na África e que possa ali alcançar o repouso eterno” (p. 463).

Hebe Mattos assim descreve André Rebouças: homem de cor apegado à cidadania prometida pela constituição de 1824 aos negros nascidos no Brasil (mas não aos vindos de África) e expoente “da primeira intelectualidade brasileira de extração autodidata

(como o próprio conselheiro Rebouças ou Machado de Assis), antes da institucionalização do ensino superior no Brasil” (p. 319). Apesar da forte ligação com o país, explica a autora, Rebouças não pode ser compreendido apenas dentro das fronteiras do Estado nacional brasileiro, pois sua subjetividade e ativismo pertencem também ao contexto transnacional da formação da consciência racial negra e do liberalismo. A dificuldade de entender André, portanto, remeteria ao próprio racismo brasileiro, que tornou menos visível a trajetória de intelectuais ativistas como ele, que lutaram pelo efetivo fim do tráfico de escravos, pela imigração de trabalhadores africanos livres e pela abolição imediata e sem indenização aos senhores e com acesso à terra para os libertos.

Talvez por isso, *Cartas da África* abra com as palavras de Rebouças, em 1891, sobre as “traições” que sofrera na sua trajetória como engenheiro, sobre a qual sempre respingava o preconceito das elites brasileiras. Falando a um de seus principais interlocutores, José Carlos Rodrigues, editor do *Jornal do Commercio*, resumiu ele: “Em uma só palavra, meu caro Rodrigues, a Odisseia do ‘Negro André’ não caberá

em 24 cantos; porque soma todos os trabalhos de Ulisses e todas as dores do escravo Eumeu. Saindo do Brasil, a 17 de novembro de 1889, ‘sacudi o pó das minhas sandálias’, como ordena Jesus” (p. 22). Hebe Mattos escolhe a metáfora que aproxima André do famoso herói grego de Homero e de um escravo do rei de Ítaca para nomear seu posfácio. Neste, a historiadora analisa Rebouças como personagem rasgado “pela dupla consciência de si”, isto é, pela consciência dual de ser sujeito a um só tempo universal e racializado. A referência aqui é ao Atlântico negro de Paul Gilroy, que expande o conceito originalmente trabalhado por W. E. B. Du Bois.³ A consciência política de André se forma na experiência da condição negra num país escravista que insiste em colocar limites a suas perspectivas emancipatórias. A raça, condição existencial, encerra nele o conflito de reconhecer a discriminação, mas também de se ver incompleto a partir do olhar dos outros.

Hebe Mattos entende Rebouças como alguém que afirma e nega o

3 Paul Gilroy, *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*, Cambridge: Harvard University Press, 1993, e W. E. B. Du Bois, *The Souls of Black Folk*, Nova York: Penguin, 1989 [orig. 1903].

ocidentalismo da tradição intelectual brasileira, sugerindo outras possibilidades de interpretação da questão racial no ápice da vigência do racismo científico. Seja no exílio europeu ou na viagem africana, Rebouças se orgulha do seu “sangue africano”. A autora resume bem o caso: “a percepção de André de que os negros do Atlântico eram também africanos, tinham uma ‘alma’ comum herdada de seus ‘pré-avós’ e deviam contribuir na missão de civilizar o ‘continente mártir’, o coloca entre os precursores do panafricanismo” (p. 324). Nisso ele não estava sozinho. Entre escravizados no Brasil oitocentista, construíra-se uma consciência política internacionalista no contexto do avanço desigual da abolição pelas Américas. Insurreições negras com frequência se basearam na ideia de um destino compartilhado entre os membros da diáspora africana: a de que o fim da escravidão em qualquer parte do continente comunicava a iminência da liberdade para os demais. Assim se levantaram, por exemplo, escravizados em resposta ao fim do tráfico transatlântico para o Brasil, aos embates entre o governo imperial e os ingleses, à Guerra Civil norte-americana e aos

constantes conflitos geopolíticos na região platina.⁴ Rebouças expressava um internacionalismo hemisférico e diaspórico que norteou grande parte do movimento social pela abolição no Brasil.

O teor hemisférico de seu pensamento político está presente nas cartas da África, quando Rebouças analisa o republicanismo do Brasil em relação aos seus vizinhos sulamericanos, como o Chile, a Bolívia e a Argentina. Ele temia que o militarismo e a ambição de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto levassem o país à anarquia e à bancarrota financeira, aproximando-os “das mais bárbaras republiquetas do centro e do sul da América” (p. 45). A crítica ao parasitismo do clero e dos militares, que apoiavam a classe senhorial escravocrata no Brasil, também se apoiava na leitura de Lev Tolstói (1828-1910), escritor russo com quem Rebouças compartilhava crenças no pacifismo, asceticismo, ativismo social de base cristã, a leitura crítica da modernidade capitalista ocidental e mesmo a paixão pela escrita de diários.

4 Isadora Moura Mota, “Escravos abolicionistas nas terras diamantinas (Minas Gerais, 1864)” in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Revoltas escravas no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2021), pp. 321-59.

Rebouças teria lido *Que faire?* no auge da campanha abolicionista no Brasil e continuado a acompanhar o pensamento de Tolstói no exílio.⁵

O estudo da história intelectual negra no Brasil oitocentista tem muito a contribuir para os debates historiográficos sobre o panafricanismo em escala global. André Rebouças não apenas idealizou a África do exílio, mas também a experimentou a partir do olhar singular de um homem livre que ascendera socialmente numa sociedade escravocrata do outro lado do Atlântico. Suas cartas demonstram que o internacionalismo negro tinha também suas contradições. Rebouças acreditava que Portugal e o Brasil tinham uma dívida de gratidão com a África, embora o dever de reparação não acompanhasse a ideia de autodeterminação negra. Em 1892, ele chegou à parte oriental do continente confiante no poder civilizador dos ingleses, ainda que o racismo dos bôeres em Barberton o tenha feito repensar mais tarde a natureza do colonialismo europeu. Da mesma forma, o sentimento de solidariedade racial

também não apagava seu antiorientalismo ou a condenação de costumes africanos vistos como “selvagens”, tal como a nudez. Rebouças esboçava projetos para a elevação de seus irmãos africanos através da educação e do acesso à pequena propriedade, assim como antes fizera em relação aos escravizados no Brasil.

As contradições do pensamento de Rebouças, porém, apenas tornam a leitura de *Cartas da África* ainda mais interessante. Vale notar que outros precursores do panafricanismo, como o médico e escritor Martin Delany, a quem Hebe Mattos compara Rebouças, também apresentavam incoerências especialmente na forma como enxergavam a realidade racial brasileira. Delany se referia ao Brasil como “um Estado escravocrata abjeto”, onde, porém, as pessoas de cor livres não desfrutariam da cidadania precária que cabia aos libertos estadunidenses. “No Brasil, a cor não é distintivo de condição, e todo homem livre, qualquer que seja a sua cor, é social e politicamente igual, havendo senhores negros de pura ascendência africana, ocupando os mais altos cargos do Estado, sob o comando do

5 Lev Tolstoy, *Que Faire?*, Paris: A. Savine, 1887.

Imperador”.⁶ Argumentando que a escravidão brasileira era mais branda do que a dos Estados Unidos, Delany classificou o Brasil como um possível refúgio do racismo americano. Frederick Douglass, a quem Rebouças muito admirava, também encarava o país como contraponto ao racismo americano. “Mesmo o país católico do Brasil – um país que nós, no nosso orgulho, estigmatizamos como semibárbaro – não trata as pessoas de cor, quer livres quer escravas, da forma injusta, bárbara e escandalosa com que nós as tratamos. [...] A prática naquele país é que, quando um escravo é emancipado, é imediatamente investido de todos os direitos de um homem - tornado igual a todos os outros súbditos do Império”.⁷

6 Martin Delany, “Political Destiny of the Colored Race”. *Proceedings of the National Emigration Convention of Colored People; Held at Cleveland, Ohio, on Thursday, Friday and Saturday, the 24th, 25th and 26th of August, 1854*, pp. 185 e 267.

7 Frederick Douglass, “Citizenship and the Spirit of Caste: An Address Delivered in New York, New York, on 11 May 1858” in J. W. Blassingame (org.), *The Frederick Douglass Papers, Series One: Speeches, Debates, and Interviews*, vol. 2: 1847-54 (New Haven & Londres: Yale University Press, 1979), pp. 211-12. Sobre o lugar do Brasil no imaginário racial americano, ver Luciana da Cruz Brito, *O avesso da raça: escravidão, abolicionismo e racismo entre os Estados Unidos e o Brasil*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

Visto de longe, o Brasil curiosamente integrou as geografias abolicionistas de outros países durante o século XIX.

Mas o que, enfim, fez Rebouças de sua sonhada viagem de circunavegação ao “continente da escravidão”? Seu plano inicial era chegar à África num paquete da Mala Real Portuguesa comandado por João Nunes da Silva, a quem conheceu durante a Guerra do Paraguai, “nos trabalhos da passagem do Exército pelo Paraná de 17 a 22 de abril de 1866” (p. 137). Pensava em sair de Marselha e passar pelo Canal de Suez antes de se fixar em Angola, onde trabalharia na estrada de ferro de Luanda a Ambaca. Ele assim o fez e acabou por viajar por quinze meses sem jamais pisar em Angola, onde o conflito entre Portugal e Inglaterra barrou-lhe a entrada. Rebouças descreveu sua expedição africana em termos “científicos” e pessoais: a viagem havia de amenizar as saudades que sentia do Brasil e lhe dar a oportunidade de trabalhar em melhoramentos civilizatórios no solo dilapidado pelo tráfico de escravos. Quando em terra, viu de perto a escravização em lugares como Lourenço Marques e a República do Transvaal, onde a violência racial o

fez reconsiderar o ímpeto civilizatório que atribuía ao imperialismo europeu na África. Rebouças terminou a viagem em Funchal, na Ilha da Madeira, em junho de 1893. A última carta enviada ao barão da Estrela, em 1893, registra sua chegada à ilha, onde ainda aguardava “o termo dos horrores que assolam nosso mísero Brasil” (p. 313). Ali morreria em 1898.

Cartas da África já se coloca como leitura fundamental para os interessados em entender a subjetividade racial de André Rebouças a partir

dos múltiplos pontos de origem do Atlântico negro de onde escreveu. Além de incluir o Brasil em debates sobre o que os estadunidenses gostam de chamar de *black internationalism*, o livro nos convida a refletir sobre o período da pós-emancipação como momento chave para a elaboração das identidades raciais daqueles que conheceram a escravidão de perto, mesmo quando não a experimentaram pessoalmente. A viagem pela diáspora através do olhar de Rebouças vale a pena.

Isadora Moura Mota  

Princeton University

DOI: 10.9771/aa.v0i69.63382